
FAKE NEWS: A CRISE MIGRATÓRIA EUROPÉIA E A DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS PELA INTERNET E REDES SOCIAIS

*FAKE NEWS: THE EUROPEAN MIGRATORY CRISIS AND THE
DISSEMINATION OF FAKE NEWS IN THE INTERNET AND
SOCIAL NETWORKS*

Raquel da Silva Freire Assumpção

Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Gama Filho

Pós-Graduada em Administração Pública pela Universidade Gama Filho

*Procuradora Federal lotada Procuradoria Seccional Federal de São Bernardo do
Campo/SP*

SUMÁRIO: Introdução; 1 O problema migratório na Europa; 1.1 Histórico europeu; 1.2 Compreensão da atual crise mediterrânea; 2 A influência da internet e redes sociais; 2.1 Ampliação do envolvimento mundial e sucesso inicial 2.2 Fake News: o crescimento de notícias falsas e prejuízo; 3 Repensando a utilização das redes sociais e o poder da mídia para efetivação de direitos humanos e fundamentais dos povos; 4 Conclusão; Referências.

RESUMO: Europa e imigrantes possuem uma longa história. Cada país europeu teve seu próprio grande grupo de imigrantes e as demandas eram resolvidas internamente. Atualmente a União Européia vive a chamada crise mediterrânea, uma onda de refugiados da Síria, Iraque e Afeganistão parados em suas fronteiras. A globalização e o desenvolvimento da internet e redes sociais possibilitaram o acesso às notícias em tempo real e de diversas fontes. Notícias falsas têm ocasionado a proliferação de políticas públicas de exclusão em prejuízo dos refugiados. No presente artigo, focamos na real situação européia, nos perigos de disseminação de notícias falsas e como podemos utilizar a mídia para encontrar soluções para crises humanitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração. Crise Mediterrânea. Notícias Falsas. Redes Sociais. Refugiados. Crise Humanitária.

ABSTRACT: Europe and immigrants have a long story. Each European country had its own big group of immigrants and the demands were solved internally. Nowadays the European Union lives the Mediterranean crisis, a wave of refugees from Syria, Iraq and Afghanistan stopped at its borders. The globalization and development of the internet and social networks made possible the access to real time news and different sources. Fake news have created the proliferation of public policies of exclusion in prejudice of the refugees. In the present article we focused on the real European situation, the dangers of the dissemination of fake news and how we can use the media to find solutions for humanitarian crisis.

KEYWORDS: Immigration. Mediterranean Crisis. Fake News. Social Networks. Refugees. Humanitarian Crises.

INTRODUÇÃO

A União Européia enfrenta atualmente uma crise imigratória em razão de conflitos em países como Síria, Iraque e Afeganistão. Historicamente acostumados a lidar com problemas migratórios, os europeus, no caso atual, enfrentam a nova influência das redes sociais e internet, que possibilitam o acesso a notícias falsas e de fontes ilimitadas. Faz-se necessário compreender melhor essa nova dinâmica e como utilizar essas ferramentas para propiciar a eficiente realização dos direitos fundamentais e direitos humanos.

1 O PROBLEMA MIGRATÓRIO NOS PAISES DA EUROPA

1.1. HISTÓRICO EUROPEU

Por toda sua história os países europeus têm enfrentado o problema de imigração de populações em massa. Durante séculos as principais nações europeias foram responsáveis pela criação de colônias em países da África e do Oriente Médio, estabelecendo com seus povos relações de língua e cultura. Muitos destes países presenciaram cenários de guerra e escassez em que milhões de pessoas escolhem abandonar seus lares e migrar para outros países. Para os habitantes das colônias, o caminho natural para uma vida melhor sempre foi a imigração para países com língua e hábitos similares e, assim, os países europeus enfrentaram o problema de lidar com populações inteiras em busca de novas oportunidades.

Historicamente, a França recebia em sua maioria imigrantes vindos da Argélia, enquanto a Alemanha recebia pessoas oriundas da Turquia e a Grécia pessoas vindas do Paquistão. A Espanha era o destino para indivíduos da América do Sul. Antes da formação da União Européia, cada país desenvolvia soluções locais e não havia relevante problema com os imigrantes.

Muitos são os fatores que podem influenciar um indivíduo na difícil escolha de abandonar sua vida em um país e imigrar para outro: guerras, fome, crise econômica e crise política. Importante reconhecer que em todos os casos trata-se de uma verdadeira ruptura, com a perda de bens materiais e referências em todas as áreas da vida comum.

Entende-se que está estabelecida uma crise humanitária quando uma grande população de determinada região é forçada a imigrar em

razão de ameaças à sua própria existência. Assim, o país que recebe estes indivíduos enfrenta a delicada missão de alocar pessoas marcadas por atrocidades e, neste caso, os imigrantes assumem a posição de refugiados, amplamente protegidos pelo Direito Internacional.

Em 1951, foi estabelecida a Convenção para Refugiados, que não permitia rejeitar indivíduos buscando asilo político antes de responder ao seu pedido. Ademais, os países também eram obrigados a resgatar pessoas em perigo em alto mar e transportá-las para o porto mais seguro.

Ocorre que, com a criação do bloco europeu e tendo em vista a globalização, indivíduos de outros países sem o passado colonial também passaram a encontrar na União Européia o destino de suas aspirações. Este é o caso de países que presenciaram conflitos recentes no Oriente Médio. Atualmente, o bloco europeu enfrenta uma crise humanitária de grandes proporções que, devido a sua relevância mundial, recebeu o nome de crise do Mediterrâneo.

1.2. COMPREENSÃO DA ATUAL CRISE DO MEDITERRÂNEO

Desde o início do século XXI ondas de refugiados provenientes de países como a Síria, Iraque e Afeganistão vem realizando a dura travessia marítima com o objetivo de chegar principalmente à França, Alemanha, Grécia e Espanha. O Tratado Schengen alterou a situação nas fronteiras através de uma política comum que perdurou até a crise econômica mundial iniciada em 2008 e que perdurou até meados de 2013.

Milhares de pessoas chegavam à fronteira da Grécia com o objetivo de acessar a rota conhecida como Rota dos Balcãs, situação que atingiu o ápice no ano de 2014. Com o bloqueio da rota, os imigrantes buscaram novos caminhos, com a criação da rota da Líbia por volta de 2017. Neste ponto, restou claro que o problema não devia ser tratado como sendo apenas da Grécia: percebeu-se que o objetivo da maioria das pessoas não era permanecer na Grécia e sim o acesso aos demais países do bloco europeu.

Neste ponto estabelecia-se uma crise sem precedentes: seria necessária uma resposta conjunta europeia.

Uma das características mais marcantes nos padrões atuais de deslocamento forçado é a sua dispersão mais ampla pelo mundo, em diferentes escalas, tanto regional quanto global, assim como o prolongamento de sua situação nesse processo (ZETTER, 2015).

Tentou-se assim o desenvolvimento de uma legislação europeia para pessoas que buscavam asilo – The Dublin Regulations – em que foi

determinado que o país da União Européia onde o solicitante pedisse asilo político em primeiro lugar seria o único responsável pela concessão. Isso implicou na deportação forçada de milhares de indivíduos e o aumento da pressão sobre os países europeus que estão localizados na fronteira mais extrema do bloco, tais como Grécia. A legislação também buscou regular a situação de crianças, para que fossem destinadas ao país em que seus pais já estivessem alocados.

Tendo em vista o contínuo aumento do problema, desenvolveu-se uma política comum europeia com o estabelecimento de um acordo com a Turquia em 2016, em que fundos financeiros foram transferidos com o objetivo de subsidiar a ação do governo e impedir o acesso dos indivíduos às fronteiras. Os países europeus conseguiram manter os imigrantes no território turco e evitar seu acesso ao território europeu e assim foi atingido o objetivo inicial. No entanto, restou a difícil tarefa de realocar todas essas populações, o que de fato não aconteceu, permanecendo até hoje milhares de pessoas em campos de refugiados que deveriam ser temporários mas tornaram-se permanentes. Ademais, o acordo sofre críticas daqueles que entendem que o acordo fere frontalmente leis de Direito internacional. Finalmente, existe o conflito moral de se realizar verdadeira externalização das fronteiras, sem que o problema seja resolvido, sendo apenas transferido para o país que recebe o apoio financeiro.

O estabelecimento de uma política comum europeia também enfrentou a oposição dos países e partidos políticos mais conservadores. Ressalte-se que naquele momento histórico o mundo presenciou a ascensão de políticos de extrema direita com grande rejeição aos imigrantes, fruto do medo generalizado do terrorismo. Ademais, existia grande confusão acerca dos conceitos de imigrante e refugiado. Países como Polônia, Bulgária, Hungria fecharam completamente suas fronteiras, sendo a Áustria exemplo para várias nações. Finalmente, o estabelecimento de um novo governo na Alemanha também alterou sobremaneira a política do bloco. Conforme noticiado pelo periódico Agência Brasil em 19/09/2018:

Europeus apoiam acolhimento a refugiados, mas rejeitam política da UE

Pesquisa conduzida pelo instituto Pew Research Center, com sede em Washington (EUA), mostra que três anos depois de uma migração recorde no mundo, que levou 1,3 milhão de pessoas só para a Europa, a maioria dos europeus apoia a política de acolhimento aos refugiados e discorda da forma como a União Europeia trata do assunto.

A pesquisa foi conduzida em dez países e oito nações de vários continentes. Na Espanha, Nova Zelândia, Suécia e Alemanha mais de 80% dos europeus entrevistados são favoráveis ao acolhimento dos estrangeiros que fogem da violência e fome de seus locais de origem. No entanto o percentual fica em torno de 75% entre os mais resistentes, que estão na Polônia, Hungria, Itália e Grécia, sendo que o nível de rejeição a imigrantes é o maior entre poloneses e húngaros.

Em junho, o Parlamento da Hungria aprovou legislação que tornava crime dar assistência a requerentes e refugiados. A medida levou o Parlamento Europeu a discutir sanções contra a Hungria sob a justificativa de violação aos valores fundamentais do bloco.

Cerca de dois terços ou mais de pessoas no México, Canadá, Austrália, Estados Unidos e Japão dizem apoiar o acolhimento de refugiados de países onde as pessoas estão fugindo de guerra.

Na África do Sul, na Rússia e em Israel, as pessoas têm opiniões divergentes sobre a política de acolhimento dos refugiados. Nas três nações, mais de 45% indicaram ter resistências à política de acolhimento a imigrantes.

Pesquisa anterior do Pew Research Center mostrou que na maioria dos países da UE pesquisados prefere que o governo local (de cada nação) e não a União Europeia tome decisões sobre questões de migração.

O descontentamento com a forma como a União Europeia lida com a questão dos refugiados surge no momento em que a Áustria está prestes a assumir o comando do bloco até ao final deste ano. A Áustria defende medidas de restrição ao ingresso de imigrantes na região sem autorização e que solicitem asilo.

Novo acordo surgiu em 2018, com o fim de parar o movimento de pessoas solicitantes de asilo político, mediante a criação de plataformas de desembarque de imigrantes fora da União Européia, centros de controle no território comum e maior proteção das fronteiras exteriores do bloco. Os migrantes resgatados em águas internacionais serão transferidos a estas plataformas financiadas pela UE, onde se fará uma seleção entre aqueles que podem tentar obter asilo na Europa e os migrantes econômicos. Nenhum país fora do bloco se ofereceu para acolher estas plataformas, bem como ainda persistem dúvidas acerca da compatibilidade dessas plataformas com o direito internacional.

2 A INFLUÊNCIA DA INTERNET E REDES SOCIAIS

2.1. AMPLIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO MUNDIAL E SUCESSO INICIAL

A globalização ampliou as questões humanitárias para o nível mundial. Acompanhamos a evolução da internet e o barateamento de equipamentos como computadores pessoais e celulares com câmeras e acesso à internet, o que viabilizou aos indivíduos presentes em áreas de conflito realizarem filmagens e produzirem fotos de eventos terríveis. A expansão dos relacionamentos através de redes sociais como o Facebook e troca de mensagens por aplicativos gratuitos como o whatsapp possibilitam o acesso direto e imediato a notícias em tempo real.

Inicialmente este novo cenário contribuiu para o fortalecimento das causas humanitárias em todo o mundo. Organizações não governamentais e agências como a ONU passaram a dispor de plataformas eficientes para a divulgação de suas ações e recebimento de recursos financeiros. Pessoas físicas passaram a contribuir para causas que entendiam legítimas e a cobrar das marcas comerciais o patrocínio de atividades altruístas. O mercado percebeu a abertura de um novo campo de propaganda social e o amparo aos refugiados tornou-se prática rentável, com a associação de marcas mundialmente conhecidas aos esforços de salvamento de pessoas em situação de imigração e pedido de refúgio.

Os governos perceberam a inclinação dos eleitores e candidatos começaram a incluir em seus programas propostas voltadas a situação dos necessitados. Diariamente era possível assistir vídeos da guerra na Síria e relatos emocionantes dos sobreviventes. As manchetes de jornais televisivos foram tomadas pelos barcos lotados de pessoas desesperadas e histórias de pessoas que morreram tentando realizar a travessia marítima para ingressar na União Européia. Todos assistiram horrorizados às imagens de famílias sendo impedidas de acessar os portos na Grécia e Itália e esses países começaram a sofrer retaliações de várias partes do mundo.

2.2. FAKE NEWS: O CRESCIMENTO DE NOTÍCIAS FALSAS E PREJUÍZO

No entanto o apelo através das redes sociais, ao invés de solucionar os problemas, por vezes tornou ainda mais difícil a situação do conflito.

Com o aumento das denúncias de abusos aos direitos humanos cresceu a xenofobia e medo de partidos políticos tradicionais em relação ao terrorismo e imigração. Em todo o mundo a eleição de candidatos de extrema direita foi celebrada e uma nova ordem instaurada. A celebração

de acordos de blocos econômicos como o Mercosul e União Européia perdeu apoiadores, cedendo espaços a discursos nacionalistas e a busca da proteção de fronteiras.

Faz-se necessário compreender que muitas das imagens vinculadas atualmente correspondem a uma realidade do início da crise do Mediterrâneo, em meados de 2015.

Atualmente, conforme o relatório *Jornadas Desesperadas* (*Desperate Journeys*, em inglês) elaborado em 2018 pela Agência das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR/UNHCR, houve na realidade a diminuição do fluxo de imigrantes e mortes:

The most notable trends in 2017 were the significant reduction of arrivals to Italy from Libya as the number of refugees and migrants using this route decreased from July onwards, as well as the increase in sea arrivals to Spain.

In the first three months of 2018, arrivals to Italy remained significantly lower than in the first three months of 2017 (a 74% decrease), those to Greece increased 33% compared to last year, while arrivals to Spain increased 13%. So far 489 deaths have been reported at sea this year compared to 870 in the first three months of last year.

Ainda, em oposição às notícias falsas vinculadas nas redes sociais, a página oficial da ACNUR/UNHCR na internet aponta progressos em relação ao assentamento de indivíduos e a evacuação das populações em perigo:

O relatório do ACNUR mostra, no entanto, alguns progressos positivos no número de pessoas reassentadas na Europa no ano passado, com um aumento de 54% desde 2016. A maioria desses 26.400 refugiados eram sírios (84%) e foram reassentados da Turquia, Líbano e Jordânia. Entre os países europeus, o Reino Unido, a Suécia e a Alemanha foram os que mais receberam pessoas.

Outra ação positiva começou no final do ano passado. O ACNUR começou a facilitar a evacuação de refugiados vulneráveis da Líbia para o Níger e para a Itália.

“As evacuações para fora da Líbia e as maiores oportunidades de reassentamento que vimos no ano passado são boas notícias. Ainda existem obstáculos significativos que limitam o acesso a vias seguras

e legais, incluindo a reunião familiar para pessoas que precisam de proteção internacional. Pedimos mais solidariedade”, disse Pascale Moreau.

Este fenômeno ocorre em parte pelo aumento do desemprego e dificuldades econômicas dentro do próprio bloco europeu. Neste novo cenário em que é difícil aos próprios nacionais o acesso ao pleno emprego, refugiados residentes estão buscando o caminho de volta aos seus países de origem. Ressalte-se que em muitos países os conflitos foram controlados e o processo de reconstrução apresenta novas oportunidades àqueles que retornam ao lar, como é o caso do Iraque e Afeganistão. Ademais, conforme o Professor Joaquim Urías, professor da Universidade de Sevilla esclareceu no curso Os Desafios da Advocacia Pública na Efetivação de Direitos na Era Global realizado na Universidade di Roma em 2018, o refugiado sempre que possível deseja retornar à sua pátria natal, tendo em vista que sua condição é uma imposição do destino e jamais uma escolha voluntária e livre. Neste sentido, conforme noticiado pelo jornal *Él País* em outubro de 2017:

Os refugiados de volta

Os esforços de várias potências para colocar fim à guerra da Síria animaram milhares de refugiados a abandonar a vida no exílio. Na primeira metade de 2017, mais de 31.000 sírios voltaram dos países vizinhos, segundo a ACNUR (Agência das Nações Unidas para os Refugiados). Em sua maioria —65%— voltaram da Turquia, de onde saíram 20.314. Nas negociações do Cazaquistão também se traçou um plano de volta em quatro das zonas de distensão para que os civis possam voltar voluntariamente a Idlib, Homs, norte de Damasco e regiões de Deraa e Quneitra.

Um dos principais destinos dos fluxos de volta para a Síria é na área de segurança amparada por Turquia, entre Yarábulus, al Bab e Azaz, onde as agências turcas investiram na reconstrução de infraestrutura, moradias, centros educacionais e serviços de saúde. Em agosto, 70.000 sírios —os que deixaram seus lares mas não o país e outros que cruzaram a fronteira— também já voltaram a essas cidades liberadas pelo Estado Islâmico (EI). Mas também Idlib, o último reduto da oposição síria e as facções salafistas, e outros povoados da província de Aleppo, Homs e Hama são os destinos de quem retorna.

“Ninguém quer ser refugiado a vida inteira”, afirma Mahmud Aswad, membro da Associação Médica de Expatriados Sírios (SEMA), que gerencia a assistência à saúde na região opositora do norte. “Há também quem volte em direção às zonas controladas pelo regime — como a cidade de Aleppo — porque estão cansados de viver em outro país. Preferem assumir o governo de [Bachar] al Assad, de quem fugiram durante a guerra, em troca de recuperar a estabilidade”, conclui Aswad.

Finalmente, outra crença falsa vinculada aos refugiados através de notícias falsas seria que os refugiados e imigrantes teriam um impacto negativo nas economias dos países que os recebem. A nocividade deste tipo de fake news agrava a situação dessas pessoas e conduz a políticas públicas de proteção de fronteiras, o que deve ser amplamente por questões humanitárias. Conforme estudos de especialistas, na verdade o efeito é do fluxo de imigrantes é positivo, conforme reportagem do sítio de notícias Vice publicou recentemente:

30 anos de dados mostram que imigrantes não são um fardo econômico

Novo estudo mostra que dar um caminho para migrantes conseguirem a cidadania teve um impacto econômico positivo na Europa.

Nos últimos dois anos, a administração Trump sempre cita o fardo que imigrantes sem documentos colocam sobre a economia americana como justificativa para a política de “tolerância zero” nas fronteiras. Trump pessoalmente já chamou imigrantes latino-americanos de “animais” que querem “infestar” os EUA. Ele já se referiu repetidamente ao fluxo de refugiados fugindo da violência no Oriente Médio como um grande problema na Europa, o que é fake news, e como justificativa para a linha dura de sua administração com os imigrantes nos EUA.

Na segunda-feira, Trump tuitou sobre um “grande erro cometido por toda a Europa em permitir a entrada de milhões de pessoas que mudaram tão violentamente sua cultura!” Mas segundo uma nova pesquisa publicada hoje pela Science Advances, refugiados na Europa na verdade beneficiaram as economias dos países que os receberam.

A pesquisa foi conduzida numa parceria entre o Centro de Pesquisa Científica Nacional Francês, a Universidade Clermont-Auvergne e a Universidade Paris-Nanterre, e usa dados econômicos de 15 países do

Oeste Europeu com o maior número de pessoas buscando asilo entre 1985 e 2015.

Durante os anos 90, o Oeste Europeu viu um grande aumento nos pedidos de asilo depois das guerras nos Bálcãs. Nos últimos sete anos houve outro aumento na Europa, com as pessoas fugindo da instabilidade em países afetados pela Primavera Árabe ou a guerra civil síria. Ao mesmo tempo, apontaram os pesquisadores, os fluxos de migrantes aumentaram enquanto a União Europeia se expandia para o leste em 2004.

Para ver o impacto de refugiados e migrantes em indicadores econômicos como Produto Interno Bruto per capita, desemprego e finanças públicas, os pesquisadores usaram um modelo estatístico desenvolvido pelo economista vencedor do Nobel Christopher Sims. Esse modelo deu aos pesquisadores uma imagem melhor de como refugiados afetam as economias nacionais comparando com outros modelos, que consideram o impacto econômico dos migrantes numa equação de input-output (ou seja, quanto é pago para eles pelo governo versus quanto eles pagam em impostos), mas não levam em conta outras interações econômicas capturadas pelo modelo de Sims.

Os pesquisadores descobriram que migrantes permanentes na verdade tiveram um impacto de rede positivo na economia dos países que os receberam. O PIB per capita tinha aumentado “significativamente” e as taxas de desemprego caíram. Além disso, os pesquisadores descobriram que “gastos públicos adicionais, o que geralmente é chamado de o ‘fardo dos refugiados’, é mais que compensado pelo aumento da renda de impostos”.

Refugiados também tiveram efeitos de rede positivos nas economias dos países que os receberam, mas isso demora mais para aparecer. Segundo a pesquisa, efeitos econômicos positivos similares aos dos migrantes para os refugiados são vistos de três a sete anos depois de sua chegada, o ponto onde alguns deles se tornam residentes permanentes dos países.

“Nossos resultados sugerem que a suposta crise de migração atual na Europa não vai provocar uma crise econômica, na verdade pode ser uma oportunidade econômica”, concluíram os pesquisadores. “Não negamos que grandes fluxos de refugiados na Europa apresentam muitos desafios políticos para os países que os recebem, e com respeito à coordenação

européia de políticas nacionais. No entanto, esses desafios políticos podem ser mais facilmente abordados se o clichê de que migração internacional está associado a fardo econômico for derrubado.”

3 REPENSANDO A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E O PODER DA MÍDIA NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS

O resultado inevitável do acesso irrestrito à internet é a multiplicação exponencial das incompreensões, pois a leitura livre, sem qualquer identificação das fontes leva à atribuição de significados por vezes absolutamente incompatíveis com a realidade.

As redes sociais e a mídia possibilitam que as notícias cheguem em todo o mundo com grande velocidade. Utilizada da forma correta, pode ser mecanismo de voz para pessoas que de outra forma não teriam expressão, em especial, aqueles mais necessitados.

O desenvolvimento de uma legislação supranacional acerca da internet parece ser o caminho para a regulação de uma comunicação segura.

A criação de páginas oficiais como daquelas criadas pelas Nações Unidas também garante a verificação de conteúdos e veracidade de documentos.

Nunca na história esteve-se tão perto da efetivação dos direitos humanos. Entretanto, por outro prisma, boatos podem se tornar perigosas armas e incentivar o desenvolvimento de sentimentos ultranacionalistas e de racismo.

De fato, a pessoa refugiada encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade e não deve ser confundida com aqueles que buscam a imigração por motivos econômicos. O que ocorre com as notícias falsas, conhecidas como fake news, é a aglomeração de todos os migrantes em um conceito apenas, o que os torna alvo de extremo preconceito.

Se considerado que as políticas públicas são amplamente influenciadas pela vontade pública, a mídia tem seu papel fundamental: pode incentivar o acolhimento dessas populações desprotegidas ou criar uma legião de apátridas vivendo em campo de refugiados como vemos nos dias atuais.

Assim, urge utilizarmos as redes sociais e mecanismos da internet para promover os direitos fundamentais, pois em uma era globalizada ilude-se aquele que pensa poder fugir das consequências futuras de um desequilíbrio social de grandes proporções. Guerras locais tem a possibilidade de tornarem-se mundiais com a velocidade de uma declaração infeliz em um aplicativo de telefone celular.

4 CONCLUSÃO

Tendo em vista a relevância dos direitos fundamentais envolvidos, necessário que se utilize ferramentas como redes sociais e notícias pela internet com extrema responsabilidade. Urge seja evitado a reprodução de “fake news” e imagens desconectadas do tempo e espaço a fim de não prejudicar os avanços humanitários. Cabe a cada um checar as fontes de informações antes de reproduzi-las, tendo em risco a velocidade de propagação mundial, levando ações legítimas ao descrédito.

Para tanto, afiguram-se essenciais buscar subsídios junto a fontes seguras, tais como a Agência da ONU para Refugiados e organizações não governamentais sérias, as quais além de servir de fio condutor a toda a estrutura de ações humanitárias, permitem o alinhamento da vontade política dos países envolvidos.

REFERÊNCIAS

CEBRIÁN, Pilar. Refugiados sírios iniciam o caminho de volta para casa. *Él País*. Kokaell, <https://brasil.elpais.com> , out. 2017.

GRIESINGER, Denise. *Europeus apoiam acolhimento a refugiados, mas rejeitam política da EU*. Agência Brasil, Brasília, www.agenciabrasil.ebc.com.br , set. 2018.

OBERHAUS, Daniel. *30 anos de dados mostram que imigrantes não são um fardo econômico*. Vice, https://www.vice.com/pt_br , jun. 2018.

UNHCR. *Desperate Journeys*. www.unhcr.org , mar. 2018. p.3

ZETTER, R. *Protection in crisis: forced migration and protection in a global era*. Washington DC, Migration Policy Institute, www.migrationpolicy.org. jun. 2015.

